



Faculdade  
**SANT'ANA**

**DENISE APARECIDA ALVES LEIFELD**

**LUCIANE DE ALMEIDA**

**ROSENILDA FELIPE DE ALMEIDA**

**O PEDAGOGO SOCIAL NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

**PONTA GROSSA**

**2016**

**DENISE APARECIDA ALVES LEIFELD**  
**LUCIANE DE ALMEIDA**  
**ROSENILDA FELIPE DE ALMEIDA**

**O PEDAGOGO SOCIAL NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a  
Instituição de Ensino Superior Sant'ana, como requisito  
para a obtenção de grau de Graduado em Pedagogia  
Licenciatura.

Orientador: Prof. Especialista Jociane da S. Pereira

**PONTA GROSSA**  
**2016**



**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANT'ANA**  
Rua Pinheiro Machado, n° 189 – Centro – Ponta Grossa – PR CEP 84.010-310  
Telefone: (042-3224-0301) pedagogia@iessa.edu.br.

**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**


**TERMO DE APROVAÇÃO**

**DENISE APARECIDA ALVES LEIFELD**

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado no Curso de Pedagogia, do Instituto Superior de Educação Sant'Ana, com a seguinte banca avaliadora:

  
Profª Esp. Jociane da S. Pereira  
Orientadora

  
Profª Dra Neusa de F. Brandellero  
Banca

  
Profª Esp. Luana Tramontin  
Banca

Ponta Grossa, 21 de novembro de 2016.



**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANT'ANA**  
Rua Pinheiro Machado, nº 189 – Centro – Ponta Grossa – PR CEP 84.010-310  
Telefone: (042-3224-0301) pedagogia@iessa.edu.br.

## **CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

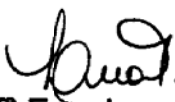
### **TERMO DE APROVAÇÃO**

**LUCIANE DE ALMEIDA**

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado no Curso de Pedagogia, do Instituto Superior de Educação Sant'Ana, com a seguinte banca avaliadora:

  
Profª Esp. Luciane da S. Pereira  
Orientadora

  
Profª Dra Neusa de F. Brandellero  
Banca

  
Profª Esp. Luana Tramontin  
Banca

Ponta Grossa, 21 de novembro de 2016.



**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANT'ANA**  
Rua Pinheiro Machado, nº 189 – Centro – Ponta Grossa – PR CEP 84.010-310  
Telefone: (042-3224-0301) pedagogia@iessa.edu.br.

**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**


**TERMO DE APROVAÇÃO**

**ROSENILDA FELIPE DE ALMEIDA**

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado no Curso de Pedagogia, do Instituto Superior de Educação Sant'Ana, com a seguinte banca avaliadora:

  
Profª Esp. Jociâne da S. Pereira  
Orientadora

  
Profª Dra Neusa de F. Brandellero  
Banca

  
Profª Esp. Luana Tramontin  
Banca

## **AGRADECIMENTOS**

Não tentando ser piegas, nem utilizando um clichê, mas gostaríamos de agradecer a Deus, por ter sempre iluminado nosso caminho em todas as nossas dificuldades. Agradecer verdadeiramente a nossa família, por terem dado tanto apoio nos momentos em que mais foram precisos, nunca nos abandonando. Aos nossos colegas, que seguiram sempre auxiliando em toda nossa trajetória nesta tão sonhada graduação. Por último, mas não menos importante, a nossa orientadora, por ter dedicado seu tempo e seu conhecimentos, nos norteando neste trabalho de conclusão de curso.

## RESUMO

O presente trabalho abordou questões relacionadas ao âmbito escolar, de ensino formal, onde a pedagogia apresenta um papel de suma importância, tendo como personagem principal a figura do pedagogo, o qual tem atuação direta no procedimento de ensino e na formação do estudante, devendo inclusive detectar possíveis falhas e problemas ocorridos naqueles que estão inseridos no espaço escolar. Por meio de pesquisa qualitativa, leitura e reflexão, foi possível constatar que a escola não é o único ambiente de formação do indivíduo. Estes ambientes, aqueles adquiridos fora do ambiente escolar, possuem educação não formal ou informal, sem que haja necessidade de embasamento por meio de lei ou diretriz. O presente trabalho teve como objetivo principal a análise do pedagogo como uma espécie de intermediador entre o ambiente escolar e a comunidade, com a finalidade de identificar possíveis conflitos a fim de saná-los. Por fim, pode-se concluir a necessidade de uma especialização própria para o responsável pela educação em ambientes não formais, como por exemplo, o pedagogo social, o qual seria uma espécie de educador social com formação acadêmica. Entretanto, após uma análise da educação em ambientes não formais, concluiu-se a impossibilidade desta especialização, haja vista que cada ambiente possui suas próprias características, não tendo uma diretriz própria.

**Palavras-chave:** Pedagogo. Pedagogia. Educador Social. Educação Formal. Educação não formal.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	07
<b>1</b>	<b>BREVE HISTÓRICO DA PEDAGOGIA</b> .....	09
1.1	RESGATE GREGO – PAIDÉIA.....	10
<b>2</b>	<b>A EDUCAÇÃO INFORMAL</b> .....	16
2.1	A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL.....	17
2.2	FUNÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL.....	23
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	31
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	33



## INTRODUÇÃO

A Pedagogia é uma área extremamente importante no processo da educação formal, educação esta, proveniente das escolas, institutos de ensino, centros de educação e todos os outros espaços educacionais, amparados nas leis de diretrizes e bases.

A função do pedagogo é atuar diretamente no processo formativo dos estudantes, e sua visão deve estar extremamente aguçada para poder detectar os problemas e falhas que estão inerentes a todos aqueles que estão dentro do espaço escolar.

Este espaço acaba por não estar isolado da comunidade onde está inserido, carregando traços culturais do povo que a escola frequenta, interferindo no ambiente da escola, podendo ser de maneira positiva ou negativa.

O pedagogo é quem está incumbido de intermediar esta situação, promovendo a integração entre a escola-comunidade, realçando os aspectos positivos de toda aquela cultura e tentando sanar os problemas, que estão a sua alçada, que estão ali presentes.

Para Libâneo (2004, p. 37):

É também a Pedagogia que pode postular o educativo propriamente dito e ser ciência integradora dos aportes das demais áreas. Isso significa que, embora não ocupe lugar hierarquicamente superior às outras ciências da educação, tem um lugar diferenciado.

A política de boa vizinhança é um preceito fundamental em um ambiente escolar, a comunidade, precisa estar sempre presente no ambiente educacional, promovendo uma relação saudável e também interagir de forma positiva no processo de formação dos educandos.

O presente trabalho é de responder à problemática, da real atuação do pedagogo em ambientes não escolares. Além dos muros da escola. Analisando teoricamente, a eficácia da pedagogia nos ambientes de educação não formal.

O presente trabalho é dividido em dois capítulos, o primeiro capítulo faz um resgate histórico da pedagogia, desde seus primeiros aparecimentos, nas sociedades gregas, mais especificadamente, nas duas grandes cidades historicamente conhecidas, Atenas e Esparta.

Neste resgate, a ideia é contrapor os termos de história da educação e história da pedagogia, finalizando com o resgate da educação Paidéia.

O segundo capítulo é baseado na explicação do termo de educação informal, que difere da educação não formal, marcando seus traços culturais e seu método de alcançar seus objetivos de ensino, educando o cidadão com um conhecimento oriundo do senso comum, que é repassado através de relações cotidianas, que tampouco tem a ver com a educação não formal.

Este segundo tópico do capítulo é necessário para o real esclarecimento sobre a educação não formal, que é difundida nos centros sociais e dentro das comunidades espalhadas pelo país, que tem todo um método de trabalho e um planejamento que deve ser extremamente estudado e investigado, para alcançar mudanças significativas de forma positiva na vida daqueles que recorrem à educação não formal.

É neste enfoque que surge a resposta do problema de pesquisa, investigado de maneira mais profunda, demonstra-se que a educação não formal, fica unânime e demonstra a efetividade do educador social.

Para alcançar este objetivo almejado, foi necessária uma pesquisa qualitativa através de referências bibliográficas, onde serão feitas muitas leituras acerca do tema e reflexões das mesmas, tentando compreender ainda mais sobre a educação não formal.

Obtendo desta maneira, real entendimento sobre esta modalidade de ensino, é necessário também a interpretação dos trabalhos de estudiosos renomados nesta área, tendo assim uma maior compreensão da educação informal, através de trabalhos já propostos nestes ambientes, e tendo uma comparação indireta dos resultados obtidos.

No desfecho da pesquisa, é esclarecido à função de um educador social e seu método de trabalho, evidenciando assim a resposta do problema de pesquisa, que a função do pedagogo nos espaços da educação não formal, não possui a mesma eficácia comparada aos ambientes educacionais formais.

## 1 BREVE HISTÓRICO DA PEDAGOGIA

Antes de fazer a abordagem da análise histórica da pedagogia, há de se observar que houve uma profunda transformação metodológica sofrida de alguns anos para cá na pesquisa histórico-educativa, a qual era denominada “história da pedagogia” e passou a ser chamada “história da educação”.

Segundo Cambi (1999), a história da pedagogia nasceu entre os séculos XVIII e XIX, e se tratava de uma pesquisa elaborada por pessoas ligadas à escola, com a função de organizar as instituições, com a finalidade de formar técnicos e cidadãos, valorizando a continuidade de seus princípios e ideais respaldadas pela filosofia.

Tinha também como objetivo a propagação da referida pesquisa entre os docentes, porém, sem que estes fossem seus destinatários. Possuía também caráter de educação desenvolvido por meio de seus próprios princípios e ideal, com forte influência filosófica.

Tal influência filosófica sobre a pedagogia, segundo Cambi (1999), se deu mais precisamente, na Itália, onde atingiu sua maior realização com o idealismo de Gentile no início do século XIX, o qual afirmava que a pedagogia era a teoria da autoafirmação do espírito, devendo dissolver-se na filosofia. Ou seja, a história da pedagogia coincidia com a da filosofia, e a partir disto na escola gentiliana diversos alunos passaram a desenvolver a história da pedagogia com enfoque na filosofia, permanecendo por muito tempo como a maneira correta de estudo.

Porém, conforme comenta Cambi (1999), desde o segundo pós-guerra novas orientações históricas foram surgindo no campo pedagógico, entrando em crise, inclusive, alguns pressupostos tradicionais da forma como se estudava a história da pedagogia. Dá-se início então, ao processo que substituiu a história da pedagogia pela “história da educação”. Somente muitos anos depois foram considerados como modelo de pesquisa histórica tanto no ramo da pedagogia, quanto no ramo da educação.

Ainda segundo Cambi (1999), num primeiro aspecto, a pedagogia foi perdendo seu exclusivo caráter filosófico, passando a ser constituído por diversas ciências, o que fazia com que sua história fosse misturada com as demais, precisamente com as ciências humanas.

Já num segundo aspecto, a pedagogia passou a prestar um papel importantíssimo na formação do indivíduo socializado e, por fim, passou a “fazer

história”, ou seja, construir e reunir aspectos da vida social e de vários momentos históricos.

Apareceram cada vez com maior clareza na pesquisa histórico-educativa a história das teorias e das instituições escolares e formativas, a história da didática ou do costume educativo, da infância e das mulheres ou do imaginário. (CAMBI, 1999, p. 24)

A partir dos anos 50, desenvolveu-se um novo modo de fazer história de eventos pedagógico-educativos, rompendo definitivamente com o modelo anterior, dando vida assim a uma pesquisa mais problemática, chamada de “história da educação”, sendo considerada uma maneira mais aberta de abordagem no referido campo de pesquisa.

### 1.1 RESGATE GREGO – PAIDÉIA

O povo grego não foi um povo unitário no aspecto étnico e cultural, mas sim uma mistura de etnias e culturas. De acordo com Cambi (1999) na cultura grega, assim como na maioria das demais, a família era o primeiro lugar onde o indivíduo se socializava, aprendendo a reconhecer a si mesmo e aos outros por meio da fala e da comunicação, posteriormente aprendendo regras de comportamento, valores e a concepção do mundo exterior.

A família era apresentada como patriarcal, onde o pai possuía o pátrio poder (Pater Familias), as crianças viviam sua infância no âmbito familiar, sendo assistidas por suas mães e submetidas à autoridade do pai, que era visto como um Deus. E assim, por meio da família nasceram às comunidades sociais, posteriormente dando origem às chamadas *pólis*, ou seja, a “Cidade-Estado”.

A mãe tinha importância no espaço familiar, tanto como esposa quanto como mãe, porém invisível socialmente. Sua função era dedicar-se aos afazeres domésticos e na criação dos filhos. A mulher fora de casa era considerada como uma tentação, podendo desviar a atenção dos homens de seus objetivos e deveres.

No âmbito familiar a mulher, segundo Cambi (1999), era submissa primeiramente ao seu pai, e após o casamento ao marido, ao qual devia total respeito, fidelidade e amor.

Existe, porém, já no mito, modelos femininos que se opõe a essa domesticidade e submissão da mulher: as Amazonas, mulheres guerreiras, com características masculinas de coragem e de força; as Mênades, sequazes de Dioniso, possuídas e selvagens, que rompem toda regra moral no *transe* e se carregam de violência. (CAMBI, 1999, p. 81)

Existiam também nessa época, figuras de mulheres livres e menos submissas, tais como as sacerdotisas, as anciãs, e as chamadas “prostitutas de luxo”, as quais viviam ao lado dos homens e participavam da vida social.

A infância era pouco valorizada, sendo considerada uma idade de passagem e incertezas. Conforme Cambi (1999), o menino era considerado como um marginal.

A criança crescia somente dentro de casa, com temor de seu pai e de diversas figuras míticas, tais como bruxas e outros seres, sendo submetida muitas vezes a abusos sexuais e ao trabalho infantil.

Segundo Cambi (1999), a educação grega tinha por objetivo a formação total do indivíduo, muitas vezes aplicada pela própria família, conforme dispunha os ensinamentos religiosos, sendo que a cultura se dava por meio de festividades e outras atividades de maneira coletiva.

A escola somente era acessível para as famílias da alta nobreza e comerciantes com grande poder aquisitivo. A escrita demorou certo tempo para desenvolver-se, haja vista que nestas escolas a formação se dava exclusivamente na prática de esportes, raramente ocorrendo de forma intelectual. Segundo Monroe (1968, p. 29), foi na Grécia que começou a história da educação, com sentido na nossa realidade educativa atual.

Cambi afirma que (1999), tal educação era pautada nos poemas heroicos destinada aos adolescentes aristocratas que se reuniam no palácio do rei a fim de que fossem treinados para o combate por meio de competições e diversos jogos. Nesta época, o espírito de luta era à base do critério educativo.

O que faz da *pólis* uma comunidade de vida espiritual são sobre tudo as leis e os ritos, que formam a consciência do cidadão e inspiram seus comportamentos por meio de normas que fixam as ações e as proibições. (CAMBI, 1999, p. 78)

Neste período, a religião também era tida como um assunto do Estado e da comunidade como um todo, afinal, regulava a vida dos cidadãos. Também possuía

ligação com os chamados jogos agonísticos e o teatro, os quais desempenhavam uma função educativa na *pólis*.

Cambi destaca (1999), Tucídides o qual acreditava que a cidade era como uma empresa educativa que tinha por finalidade a integração, a coesão e a homogeneidade, requisitos essenciais para a garantia da segurança e da sobrevivência.

Desta forma, conforme afirma Vegetti (*apud* CAMBI, 1999, p. 79), se desenvolve uma atividade educativa total e permanente, que faz da *pólis* inteira uma comunidade pedagógica.

Conforme Cambi (1999), na educação grega, um dos instrumentos fundamentais era o teatro, baseado na tragédia e na comédia. Também tinham por educação a prática dos jogos, agonísticos, pois através deles o cidadão conhecia o desafio de enfrentar o outro nas corridas, se utilizando da inteligência, da comunicação e da imaginação.

Monroe afirma que (1968), a educação grega era dividida em dois períodos: antigo e novo, o ponto de divisão se dava na Idade de Péricles ou meados do século V a.C.

Ainda segundo Monroe (1968), o novo período grego compreendeu a transição de ideias educacionais, religiosas e morais, durante e após a Idade de Péricles.

É este o período durante o qual se desenvolveu o novo pensamento filosófico e foram formuladas as novas práticas educativas. Em sua vida intelectual, a Grécia torna-se agora cosmopolita e deixa de ter outras características além de suas escolas filosóficas. (MONROE, 1968, p. 30)

A educação no período homérico, segundo Monroe (1968), não possuía nenhuma organização institucional específica ou método de controle, consistindo somente num treino de atividades práticas e definidas. O treino para as atividades mais comuns e humildes era realizado dentro de casa, enquanto que os deveres superiores da vida recebiam treinamento pelo Conselho, na guerra e nas expedições de conquista.

O ideal homérico consistia no desenvolvimento da personalidade de duas formas, o homem de ação e o homem de sabedoria.

Ainda segundo Cambi (1999, p. 82), Esparta foi o modelo de Estado totalitário, enquanto que Atenas de modelo democrático e de uma democracia muito avançada.

Esparta e Atenas deram vida a dois ideais de educação: um baseado no conformismo e no estatismo, outro na concepção de *paideia*, de formação humana livre e nutrida de experiências diversas, sociais mas também culturais e antropológicas. Os dois ideais, depois, alimentaram durante séculos o debate pedagógico, sublinhando a riqueza e fecundidade ora de um, ora de outro modelo. (CAMBI, 1999, p. 82)

Esparta era uma cidade fechada e dividida em classes, as quais viviam da agricultura. Seu governo se dava através de dois reis com direito hereditário e por meio de uma assembleia de cidadãos que escolhiam 28 membros para que fizessem parte do Conselho.

As crianças espartanas do sexo masculino de acordo com Cambi (1999) viviam dentro de casa até seus sete anos de idade, sendo que a partir disto eram retiradas de seus pais e inseridas em escolas onde recebiam uma formação militar até seus 16 anos, a fim de que desenvolvessem a força e a coragem.

Em Esparta havia uma grande valorização na vida em comum e nas amizades, enquanto que a cultura – ler e escrever – era pouco desenvolvida.

Cambi (1999) afirma que quando Esparta entrou em conflito com Atenas, no período de 451 a 404 a.C, saiu enfraquecida e imediatamente declinou, porém jamais deixou de ser fiel aos seus princípios e ideais.

Atenas, por sua vez, fora promovida por meio da obra de Sólon em 594 a.C., o qual deu a ela uma constituição de tipo democrático. Segundo Cambi:

Sólon deu a Atenas uma constituição de tipo democrático: libertou os camponeses, instituiu o tribunal do povo, criou o Conselho dos Quatrocentos (executivo) designado por sorteio pela Assembleia do povo. (CAMBI, 1999, p. 83)

Conforme Cambi (1999), Atenas exerceu uma função chave na Grécia como um todo, sendo que seu comércio e população somente cresciam, passando a ter cerca de 300 mil habitantes no século V, os quais eram submetidos a uma burocracia e obrigados a conhecer a escrita.

Desta forma, segundo Cambi (1999), a educação em Atenas passou a assumir um papel principal e de suma importância, tornando-se matéria de debate e superando as limitações da *pólis*.

Diante disto, nasce a *paidéia*, descoberta pelos atenienses, tornando-se a base da tradição pedagógica antiga.

Ainda conforme Cambi, no decorrer dos séculos V, IV a.C. a cultura grega entrou em uma fase de grande transformação em paralelo com a mudança ocorrida na sociedade como um todo. Grupos sociais protestavam para a implantação de uma política de forma democrática que favorecesse a troca de classes na gestão do poder.

Segundo Cambi (1999), ao mesmo tempo surge à necessidade da existência de uma cultura mais crítica no âmbito religioso e mitopoiético. A cultura que até então se dava no modelo do iluminismo grego, passa a ser essencialmente democrática e interpretada pelos sofistas.

Os sofistas, portanto, indicam uma dupla virada na cultura grega: uma atenção quase exclusiva para o homem e seus problemas, como também para suas técnicas, a partir do discurso, além da cultura tradicional, naturalista e religiosa, cosmológica, que é submetida a uma dura crítica. (CAMBI, 1999, p. 85)

Neste aspecto, nasce uma cultura diferente daquela utilizada no passado, com um vasto conhecimento e capacidades diversas por parte dos sacerdotes. Cambi (1999, p. 86) afirma que neste momento nasce uma educação que se liga à palavra e à escrita e tende à formação do homem como orador.

Este novo sistema de educação e formação do indivíduo, agora chamado *paidéia*, a pedagogia passa a ser um saber autônomo, desenvolvendo uma complexidade de modelos, como os de Sócrates, Platão, Isócrates e Aristóteles.

Segundo Cambi (1999, p. 88)

A *paidéia* de Sócrates (470 a 399 a.C.) é problemática e aberta, mas fixa o itinerário e a estrutura do processo com as escolhas que o sujeito deve realizar, consigna um modelo de formação dinâmico e dramático, mas ao mesmo tempo individual e universal.



Já a *paidéia* de Platão (427-347 a.C.), de acordo com Cambi (1999) é fixada em dois modelos, uma mais socrática, a qual era ligada à formação da alma individual, e uma mais política, ligada aos papéis sociais dos indivíduos.

A *paidéia* de Isócrates (436-388 a.C.), por outro lado, era a palavra criadora de cultura, onde o sujeito encontrava-se em posição de autonomia. E por fim, ainda conforme Cambi (1999, p. 93):

A *paidéia* de Aristóteles (384-322 a.C.) é um processo em que a intervenção do sujeito humano – do médico, do mestre, além do doente ou do próprio discente – parece determinante e guiada por uma racionalidade sem necessidade.

Conclui-se então deste modo, a importância do período grego na história da pedagogia/educação e na construção de um modelo educacional a ser seguido pelas demais civilizações posteriores a esta, fazendo com que surgisse então a figura do educador para moldar a sociedade em que vive.

## 2 A EDUCAÇÃO INFORMAL

O homem, tido como ser cultural e pensante, teve o compromisso desde seu início do convívio em sociedade, de ser educado. A educação moldada como por necessária, não era apenas a educação formal, baseada nos valores e conhecimentos que a sociedade julga por necessária para cada indivíduo.

O conhecimento de mundo e popular tão necessário e que deve estar presente nos seres humanos também denominados de educação informal é fruto da vivência do dia a dia e cultura de um povo. Cultura esta, que não é possível se conhecer fazendo uma breve leitura nos livros do folclore brasileiro.

Para Gaspar, (2007, p. 173):

Na educação informal, não há lugar, horários ou currículos. Os conhecimentos são partilhados em meio a uma interação sociocultural que tem, como única condição necessária e suficiente, existir quem saiba e quem queira ou precise saber. Nela, ensino e aprendizagem ocorrem espontaneamente, sem que, na maioria das vezes, os próprios participantes do processo deles tenham consciência.

Esse conhecimento que é repassado de geração em geração, utilizado através do senso comum não precisa de uma validação científica para ser aceito, pois são os conhecimentos dos povos que estão sendo difundidos em meio as sociedades que os rodeiam.

Desde pequeno os indivíduos já estão cercados por esta modalidade de ensino, um breve exemplo disto, quando o pequeno está a brincar na rua e por um momento de bobeira e descuido acaba por se machucar, sua mãe sempre atenciosa, logo o manda fazer um curativo ou se necessário utilizar remédios caseiros.

A avó, a mãe e até mesmo ele, não sabem o processo de funcionamento deste método e nem conhecem a base científica, o que importa é que este funcione.

Conhecimentos assim, não são adquiridos no âmbito escolar, mas repassados pelos povos em vivências do cotidiano, pois os meios não são importantes quando o resultado final ali está. É neste contexto que a educação informal entra em cena, não necessitando ser explicada, apenas repassada.

Para Alves (1981, p. 39)

O senso comum contém uma série enorme de receitas, que vão desde instruções de como procurar um nome em uma lista telefônica até instruções de como se comportar à mesa ou na cama. Na verdade, poderíamos dizer que o senso comum é dominado por um motivo prático. É isto porque o nosso cotidiano comum é marcado pela necessidade de uma série de atos que devemos realizar para viver e viver bem. Estes atos têm por objetivo realizar a integração do nosso corpo com o mundo que o rodeia.

Estes conhecimentos não necessitam de um amparo legal para ter respaldo. Observando-se do ponto de vista educacional, como seria possível ensinar a educação informal na escola, não havendo embasamento de uma lei de diretrizes e bases para um conteúdo pragmático, oriundo da cultura popular.

Caberão a cada forma de educação, adequar seus ensinamentos. Onde a educação formal e informal segue lado a lado, mas cada uma com suas metas, obrigações e propósitos diferentes.

Pois falhas neste processo ocorrem e assim surgem crises na formação intelectual dos jovens, afetando principalmente aqueles que vêm de origem humilde. Todo o conhecimento ausente no processo formativo dos estudantes caberá à educação social supri-los, na tentativa de extinguir falhas oriundas de um processo de educação incompleto.

## 2.1 A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

A educação social surge quando nascem às práticas da educação não formal, cuja qual se deriva do lado de fora do ambiente escolar, nas comunidades e centros sociais, como exemplo, com programas de inclusão social.

Através da leitura sobre o tema, é unânime entre eles, a impossibilidade de definir a educação não formal tão, faz-se necessário que se compreenda qual sua abrangência e missão para com aqueles que dela usufruem.

Ao constatar os fatos históricos, a educação não formal, teve um início muito mais tardio em relação à pedagogia formal, a qual ao Brasil com a vinda dos jesuítas. Este início não se dá somente no Brasil, mas também no resto do mundo, pois a educação não formal, não é de origem brasileira.

Segundo Guilherme e Tozetto (2012, p. 26):

Se fosse para fixar datas, poderíamos dizer que a ENF começa a se expandir a partir da metade do século XX, pois a preocupação com a

formação juvenil até fase adulta, especialmente dos menos favorecidos, passa a ser uma constante no contexto social.

Ou seja, a pedagogia social nasce com um caráter de auxílio direto na formação dos jovens, mas não é um auxílio que age diretamente na formação acadêmica e sim, um auxílio para a formação de sua cidadania, moldando seu caráter, ampliando sua visão de mundo e interagindo na construção de seus valores pessoais.

Ainda segundo Gohn (2009), a educação não formal consiste naquela utilizada fora das escolas, onde os sujeitos que atuam nos programas sociais e que exercem função de educadores são denominados como “**educadores sociais**”.

Na atualidade, a educação não formal é uma área pouco comentada pela mídia, pois uma parte da sociedade sequer a conhece, tendo em vista não se tratar de um processo relacionado à escola.

Gohn (2009) afirma que a educação não formal procura buscar o interesse da coletividade, possuindo diversas finalidades, tais como, o ensinamento dos indivíduos a reconhecerem seus direitos políticos enquanto cidadãos e a capacitação dos indivíduos para o ingresso no mercado de trabalho por meio do aprendizado ou desenvolvimento de habilidades, a solução de problemas coletivos, etc.

Para Guilherme e Tozetto (2012, p. 20) “É um tipo de educação que abrange situações sistemáticas de aprendizagem, com intencionalidade pedagógica, vinculada a educação popular, ou seja, essa modalidade de ensino visa o crescimento do jovem, mas não age em oposição a educação formal, e sim complementando, com valores e ensinamentos que não estão descritos nos parâmetros curriculares nacionais, mas que são de suma importância para estes jovens, que carregam tantas dúvidas e anseios em seus ombros.

Trata-se, porém de processos organizados a fim de disciplinar a coletividade ou o indivíduo por meio de experiências voltadas às questões raciais, étnicas, de gênero, entre outras.

Conforme Gohn (2009), pode-se dizer que a educação não formal é a alternativa de educação dos espaços não escolares, visando incluir socialmente todos os que tem educação formal, aquela aplicada nas escolas que não os alcançou.

Segundo Gadotti (2005), a educação não formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Seus programas, quando formulados, podem ter duração variável, sendo que o espaço é tão importante quanto o tempo, porque o tempo da aprendizagem é flexível, respeitando-se as diferenças biológicas, culturais e históricas.

A educação não formal segundo Gohn (2009) muito está associada à ideia de cultura, sendo que é desenvolvida através de ONGs e outras instituições e ainda está em fase de construção. Constitui-se até mesmo de raros espaços existentes no mercado de trabalho com vagas voltadas aos profissionais da educação.

A maior área de demanda da educação formal está voltada para a formação da cidadania, com atuação da educação para justiça social, direitos, liberdade, igualdade, democracia, contra discriminação, pelo exercício da cultura e para a manifestação das diferenças culturais.

Segundo ARAUJO e LUVIZOTTO (2012), Pode-se dizer que a educação não formal é uma complementação da educação realizada dentro do ambiente escolar, a qual tem a finalidade de desenvolver processos de aprendizagem e construir conhecimentos por meio das relações sociais de “ensino-aprendizagem”.

Deste modo, o conceito de educação apresentado possibilita a compreensão da proposta da educação não formal conforme apresenta (VON SINSON, PARK, SIEIRO, 2001, P.9)

O termo educação abrange um universo que extrapola os muros da escola, instituição com papel central na formação dos estudantes que por ela passam, principalmente no que diz respeito ao acesso aos conhecimentos historicamente sistematizados pela sociedade. As especificidades da educação, no seu sentido mais amplo, são muitas. Entre elas a educação não-formal, uma modalidade que vem ocupando um espaço significativo no cenário nacional e que, por isso, vem merecendo atenção por parte de diferentes segmentos da sociedade.

Cabe destacar que a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, reconheceu como ações e processos educativos aqueles desenvolvidos por movimentos sociais e organização da sociedade civil, nos quais prevalece a educação não formal.

Segundo Gohn (2006), na educação não formal, além da intencionalidade e proposta curricular, ela também capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo no mundo. Sua finalidade é criar oportunidades de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos são

construídos, inclusive, por meio do processo interativo, gerando um processo educativo.

Para Gadotti (2005, p. 2)

A educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem.

Este segmento é rico em conteúdo, mas extremamente flexível, atendendo a necessidade de cada público a que é direcionado. O tempo de aula é variável, o tema trabalhado não tem uma data pré-estabelecida para começar e terminar, ou seja, busca se adequar aos seus alunos, aos problemas sociais da comunidade onde está sendo trabalhado, não necessitando de um plano de ensino com os conteúdos pragmáticos já estabelecidos.

Apesar de a definição indicar conter algum desleixe a educação social, possui um formato extremamente metódico, pois atua na intervenção direta da sociedade com as pessoas, uma área tão sensível, não podendo ter uma atuação que não seja planejada, pois algo descontrolado acarretaria em situações catastróficas nos processos de formação da cidadania destes jovens.

A formação social então começa a requerer uma maior atenção, pois a escola e a família, já não são tão magníficas como era antes na educação social direta dos jovens.

Essas falhas começam então a se tornar eminentes nas comunidades e nos subúrbios urbanos, decorrentes do avanço da sociedade sempre crescente, gerando as necessidades pessoais, os jovens e crianças então começam a ser engolidos por esses problemas sociais, tendo consequência diretas sobre eles, estancando sua evolução pessoal e social.

Garcia (2009, p. 2) relata que:

Toda modificação, tanto no contexto do trabalho, como na vida urbana, desmontando a forma tradicional em que a sociedade moderna burguesa passou a estruturar e organizar a vida social, trouxe a necessidade dessa mesma sociedade se re-organizar e responder às mudanças, inclusive no campo educacional. Em relação à educação das crianças, adolescentes e jovens, foi necessária a criação de outras opções, uma vez que a família e a escola já não eram capazes de suprir sozinhas, as necessidades de cuidado, formação e socialização.

Tais falhas começam a se tornar mais comuns neste processo formativo, com origens cada vez mais amplas, a educação social se incumba de encobrir essas necessidades, segundo Garcia (2009, p. 2)

As necessidades vieram de diferentes demandas: cuidado, formação, ambientes seguros e profissionais qualificados (para deixar as crianças e adolescentes), socialização, e outras. Todas essas demandas expandidas recaem sobre o setor educacional, (como antes também eram de responsabilidade desse mesmo setor), portanto a diferença está no fato de terem se modificado, ou estarem se modificando as instâncias responsáveis pela educação no mundo atual. Uma função social que não mais se restringe à família e à escola.

Estes impactos sociais e econômicos, também atuaram de forma positiva, os jovens começaram a ter oportunidade fora dos negócios locais, a demanda de emprego começava a ganhar novos ares, o comércio local de sua comunidade não era mais a única oportunidade de crescimento econômico para eles. Garcia (2009, p. 2) afirma que:

Outro fator que interferiu no surgimento e crescimento do campo da educação não-formal foi o das necessidades e exigências das indústrias e do mercado profissional, que nem sempre encontram profissionais habilitados, para suprir a demanda existente. A dificuldade para se encontrar tais profissionais se dá não no sentido desses possuírem certificação esperada e desejada, mas na distância percebida entre a formação oferecida pela escola formal e a velocidade com que ocorrem mudanças e atualizações no mercado profissional.

Com a industrialização em um crescimento eminente, começa a aflorar oportunidades de emprego para eles, mas para ocupar estes cargos, era necessário ter um conhecimento técnico mais específico, onde a escola não poderia fornecer, então esses espaços educacionais não formais, mais uma vez estavam por atuar diretamente no crescimento pessoal de seus educandos, ensinando para eles, um conhecimento técnico profissional, cursos profissionalizantes, criando a capacitação profissional necessária.

Desde seu início, a educação não formal nunca teve o propósito de substituir o sistema formal de educação, pois tal intenção teria uma contribuição negativa no meio em que estava inserida. Os espaços sociais sempre se nortearam com objetivos diferentes daqueles pré-estabelecidos nos parâmetros curriculares

nacionais, onde é descrito que todo cidadão tem o direito de se formar crítico, consciente e conhecedor do mundo em que se vive.

A escola acaba por não ser suficiente em lapidar toda essa formação dita por necessária, é nesse contexto então que se torna por necessária a educação não formal para alguns em que o sistema formal falhou.

Para Garcia (2009, p. 3 ):

Ou seja, a educação não-formal, apesar de apontar e oferecer outras possibilidades diferentes das escolares, não burocratizadas, menos hierarquizadas, mais rápidas e algumas propostas mais econômicas, não deve tomar para si a salvação do sistema formal de ensino. Nesse caso, estaria contribuindo, inclusive para o desmanche da escola pública e para a desresponsabilização estatal/pública para com esse setor.

Sua metodologia é extremamente sensível e exige muita cautela ao planejar e executar seu plano de ação.

Gohn (2006, p. 5) afirma que:

Na educação não-formal, as metodologias operadas no processo de aprendizagem parte da cultura dos indivíduos e dos grupos. O método nasce a partir de problematização da vida cotidiana; os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas; os conteúdos não são dados a priori. São construídos no processo.

Ou seja, tudo aquilo que será trabalhado não está explicado nos manuais, ou formulado em alguma teoria de aprendizagem já descrita, cabe ao profissional, conhecer os leões que está enfrentando, os anseios que deve desconstruir e toda a carência social que deve suprir em seus educandos, com reflexo direto naqueles que a ele cabe formar.

Todo este processo sofre mudanças e transformações constantemente, pois como dito anteriormente, a cada instante as diferenças sociais aumentam e ao mesmo tempo se modificam, como o dito popular, ninguém se banha duas vezes no mesmo rio, então cabe à educação social, formular uma metodologia que acompanhe todo este processo. Gohn (2006, p. 6): “Mas como há intencionalidades nos processos e espaços da educação não formal, há caminhos, percursos, metas, objetivos estratégicos que podem se alterar constantemente”.

Pode-se então dizer que a educação não formal possui a finalidade de formar aprendizagens, conhecimentos e saberes relacionados à vida coletiva, permitindo que o indivíduo que dela participa se encaixe em seu conceito histórico e social.



De acordo com Simson, Park e Sieiro (2001), os espaços da educação não formal devem visar ao desenvolvimento social, assim como favorecer a participação coletiva, inclusive da comunidade. Além de procurar compreender a educação não formal como uma atividade organizada, cujos objetivos são estabelecidos com a intenção de construir um processo educativo. Assim, a atuação do educador social nesse contexto se dá por meio da participação da sociedade.

Desta forma na educação não formal, o sujeito responsável para efetivar o processo de aprendizagem é o educador social.

A dinâmica do ato de educar é esta: quando nos aproximamos do que o outro busca em termos de conhecimento no ato da procura. O educador é apenas um facilitador que se coloca à disposição do outro sem cobrar necessariamente dele a resposta. Nesse processo, não existe certo ou errado, existem apenas as possibilidades de desenvolvimento de cada um, em intensidade particular e subjetiva., processo de construção de conhecimento que vai se modelando na medida escolhida por cada um dos atores que se permitem adentrar no caminho do autoconhecimento pela inter-relação. (CUNHA, apud SINSON, PARK e SIEIRO, 2001, p. 203)

De acordo com Gohn (2010), na ação profissional o principal instrumento de trabalho do educador social é o diálogo estruturado com base nas propostas das atividades. Somam-se a ele o estudo de fundamentos teóricos e a prática de atividades que visam a uma formação integral do sujeito, não apenas aquela relacionada ao avanço dos aspectos cognitivos.

## 2.2 FUNÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL

A linha tênue entre a escola formal e a escola da vida é onde entra a prática do educador social, sua meta não é formar um cidadão pronto para assumir o campo científico, mas sim, deixar em seu aluno, o aprendizado do mundo em que ele está inserido, atribuindo valores culturais e sociais, o educado deve estar pronto para viver em harmonia com seu mundo.

Atualmente a Pedagogia Social, destaca-se pelo seu importante papel no contexto social, visto que sua atuação está voltada a uma educação não formal, atuando no resgate, respeito e atenção à sociedade.

De acordo com Gadotti (2010, p. 303):

O problema da formação social deve ser posto no primeiro plano das preocupações referentes aos programas de ensino, deve ser considerado em toda a sua vastidão e ir do conhecimento dos grandes processos sociais do mundo moderno à capacidade de compreender o meio concreto em que se age e se vive.

Para que o educador social tenha respaldo na educação de seus alunos e acerca do conhecimento de seu cotidiano, ele primeiro precisa compreender a realidade a qual está inserido, cuja tarefa não é fácil.

Com o fruto do seu trabalho ele estará no patamar de um cidadão consciente e crítico, revendo suas práticas pedagógicas e concluindo que seu trabalho está alcançando os objetivos almejados.

Suas atribuições são extremamente abrangentes, pois a educação profissional e o processo de contra turno vem sendo amplamente difundida nos contextos sociais devido ao crescimento da sociedade e necessidades. Ujiie, Natali e Machado (2009, p.117) afirmam que:

No cenário vigente, as demandas sociais estão a exigir uma nova concepção de educação. Tal concepção precisa ser abrangente e forte, concebida como característica da existência humana, bem como aspecto e perfil formativo de permanência e abertura ao longo da vida, que não se restringe única e exclusivamente ao âmbito escolar e formal.

Como a escola formal não consegue englobar toda esta exterioridade crescente em conjunto com a sociedade, entra em cena o papel do educador social, um adjunto do educador formal, sendo complemento necessário para a formação do aluno.

Para Ujiie, Natali e Machado (2009, p.118) “É válido explicitar que a valorização da educação informal e não formal não significa a desvalorização da educação da escola”.

Assim descrito, verifica-se que as problemáticas de ordem sociais também devem ser prioridades nos programas de ensino, pois, fazem parte do cotidiano das pessoas, este privilégio de atenção é relevante a ser revisto, para que a prática pedagógica passe a ser mais bem trabalhada através de um olhar mais claro e efetivo, para que realmente se concretize no contexto escolar.

Paulo Freire (2011, p. 140), descreve:

Sentíamos – permitia-se-nos a repetição – que era urgente uma educação que fosse capaz de contribuir para aquela inserção a que tanto temos nos referido. Inserção que, apanhando o povo na emersão que fizera com a

“rachadura da sociedade”, fosse capaz de promovê-lo da transitividade ingênua à crítica.

Desse modo, por inúmeras vezes, verifica-se que existe a necessidade de uma educação, capaz de inclusão, de trazer à tona, toda uma sociedade, e não só de forma passageira, mas, que faça diferença, para as mudanças sociais.

Antônio Teodoro (2003, p. 102), comenta que:

Talvez por isso, torna-se não apenas possível como necessário, numa perspectiva de justiça e de equidade social, adotar uma agenda educativa preocupada com a construção de uma educação democrática e de cidades educadoras enformadas pela participação e pela democracia.

O cidadão, enquanto ser que detém o conhecimento acerca daquilo em que ele está inserido, deve compreender os mais diferentes conhecimentos da sua realidade, e conhecer os mais diversos aspectos da sociedade.

Para Petrus (1997), o objetivo da educação é o de capacitar o indivíduo para viver em sociedade visto que, as pessoas já recebem educação desde o momento do seu nascimento, e assim por toda a sua vivência.

Conforme Graciani (2014, p.22),

Concretizar-se como ação educativa com agentes e sujeitos comprometidos, na qual se estabelece, por meio da relação dialógica, um sistemático processo de intercâmbio de conhecimento e saberes em que a troca de experiências é primordial.

Deste modo, o objetivo das ações educativas é o diálogo, que deverão ocorrer através de diferentes formas de aprendizagem nos vários campos de saberes.

Não existe curso específico de graduação superior para educador social, por isso quem trabalha, possui características específicas com metodologias próprias.

Para Mateus (2012, p. 60):

A formação de um educador social nasce da interseção de várias práticas e identidades profissionais, que têm em comum uma intencionalidade educativa e uma intervenção em e a partir dos mais variados contextos.

Seu trabalho, apesar de não ser amparado por nenhum embasamento curricular ou direcionado por nenhuma lei de base, deve agregar positivamente a formação daquele que é seu fiel orientado. Devido a todo esse contexto do

surgimento da sua profissão, até necessidade de ela entrar em vigor, é de suma importância que toda sua trajetória interaja diretamente no aluno, agregando valores.

Segundo Mateus (2012, p. 61) “O educador social desempenha um papel importante junto dos sujeitos com os quais interage, pois dele depende uma integração social e positiva nos contextos em que vivem.”

Ao contrário de um educador direcionado a um conteúdo pragmático pré-estabelecido, o educador social deve enfrentar um leão por dia em sua batalha como mestre, afinal, suas dificuldades ultrapassam limites conceituais. Exemplo como o professor de física que pode tirar suas dúvidas sobre a tão complexa física quântica.

Já o educador social, tem suas dificuldades, suas angustias, suas concepções de mundo, postas frente a frente com os anseios e limites que seus educandos têm em relação a todo esse mundo físico, intelectual, cultural e espiritual que os rodeiam, ou seja, a sua labuta é o enfrentamento contra suas dificuldades, e a falta de bagagens de seus alunos.

Pois está nele o papel de mostrar o mundo, onde suas dúvidas não são sanadas em uma leitura de um manual, onde quando lhe falta perícia de uma dúvida que seu educando tem com relação a sua construção de valores, ele não poderá recorrer a uma enciclopédia, onde estas situações estão catalogadas.

Todo esse rumo a ser tomado e conhecimento a ser dominado são alcançados ao longo dos anos no decorrer de sua profissão.

Segundo Gadotti (2010), a educação não é para a sociedade, senão o meio pelo qual ela prepara, no íntimo das crianças, as condições essenciais da própria existência.

Desta forma, detecta-se que para a sociedade, a educação, prepara o indivíduo para o necessário, ou seja, o básico à sua sobrevivência, sem muito ao aprendizado dos valores, de vida.

De acordo com Maria Luísa Fabra (1980, p.19), “[...] educar é, fundamentalmente adaptar o homem ao meio em que nasceu e transmitir-lhe os valores e conhecimentos sobre os quais assenta a sociedade que se insere”.

Com uma ação voltada para a reflexão da própria prática, o educador deve analisar os métodos propostos e avaliar os efeitos da mesma, verificando se está atingindo diretamente nos sujeitos pelos quais é responsável.

É neste sentido que Santos e Nogueira (2010, p. 2) afirmam que:

O educador social deve saber planejar, organizar e refletir suas ações e intervenções futuras. Deve saber refletir também sobre sua própria prática, avaliando a intenção, ação e resultado esperado.

Pois ele interage diretamente na realidade do aluno, em sua visão de perseverança, e na sua garra de mudar sua comunidade, no fator social que cerca seu ambiente.

E ainda, é importante ressaltar que o educador social deve utilizar-se de sua experiência, do seu saber profissional como uma das formas para melhorar a qualidade de vida do sujeito, da sua família e da comunidade em situação de vulnerabilidade, na batalha contra a pobreza e na luta pela justiça social.” Santos e Nogueira (2010, p. 2)

Diante disso, existe uma dificuldade à tona, o quão o educador social pode intervir na vida do seu educando, para que não ultrapasse os limites profissionais e entre nos âmbito emocional, pois quando se existe o elo emocional entre duas pessoas, a razão já não prevalece com tanta eficácia, ou seja, todo o trabalho que seria para agregar o sujeito acaba tendo influencias negativa, onde se cria uma dependência emocional entre as duas partes.

Portanto, faz-se necessário que se analise e reflita sobre o tipo de relação que o educador social tem com o seu educando, sabendo que uma de suas competências é intervir para o fortalecimento, emponderamento, promovendo emancipação e autonomia para com os usuários atendidos e em hipótese alguma, criar vínculos de dependência nessa relação. Santos e Nogueira (2010, p. 4)

Como dito anteriormente, estes vínculos estariam por intervir na capacidade de pensar do educando, e as ações a serem tomadas, não seriam cunhadas o seu próprio modo de pensar, pois teriam dependência com o seu educador, na falsa sensação de preenchimentos dos espaços emocionais que estes jovens trazem para dentro da sala de aula.

Assim, segundo Graciani (2014), reconhece-se a partir da Pedagogia Social, que cada pessoa traz consigo uma bagagem de aprendizagem, seja elas boas ou ruins, em várias escalas, e essa nova percepção de educar, que abrange todos os aspectos do indivíduo, vem fortalecer para que este se coloque, ou se insira no meio, acreditando que ele faz parte desse mundo que cada coisa que aprendeu, irá

ser de grande valia para a sua vida independente, se elas vem de casa, da escola, ou de todos os outros que podem fazer parte da vida de cada um.

Para o respectivo autor,

Em busca de despertar as potencialidades intrínsecas de emancipação, na qual os educandos possam reaprender e reempreender o seu desenvolvimento como pessoas e cidadãos, o Educador Social torna-se o agente central do desenvolvimento das ações educativas que promoverão essa transformação. (GRACIANI, 2014, p. 25)

Com todos esses desafios, qual é a metodologia de trabalho dessa tão nobre profissão?

Para Guilherme e Tozetto (2012, p. 35):

Assim, é fundamental que nossas ações indiquem uma relação de respeito às diferenças, valorização dos outros, como por exemplo:

- Intervenções claras e bem planejadas;
- Trabalho em equipe;
- Buscar informações sobre o grupo;
- Conhecer as razões e motivos do grupo;
- Estudar prós e contras;
- Reduzir diferenças;
- Envolver todos na discussão do problema levantado;
- Considerar o bem individual e comum a todos;

Esses são uns dos aspectos que toda a metodologia de trabalho deve envolver, onde cada ação deve ser planejada, antes de ser executada, calculando seu impacto para os envolvidos, e uma reflexão da prática já executada, ponderando seus erros e acertos.

Assegurando-se que seu trabalho está agregando conhecimento para aqueles a quem o educador social é responsável, dando-lhe assim a sensação de dever cumprido, após cada momento vivenciados juntos.

As crianças e adolescentes já passaram por muitas situações de risco, tanto pessoal, como social, hoje é vista de uma forma um pouco mais atenciosa por parte da sociedade em geral. Relata Graciani (2014) ainda a exigência da articulação em rede da participação das organizações governamentais e não governamentais, com o intuito de se estabelecer decisões importantes em relação a essas problemáticas sociais nas diferentes esferas sociais, oportunizando a inserção de todos no processo social.

Desta forma, Graciani (2014, p.74), vem destacar:

Nesse contexto, faz-se necessário atentar-se para as ações educativas, buscando-se instaurar uma prática pedagógica capaz de reverter o quadro violento enfrentado no convívio cotidiano, promovendo novas formas de construção de vínculos.

Para que realmente haja uma aprendizagem significativa por parte dos educandos, é importante que o Educador Social possa se espelhar em uma prática docente, afinal, cada realidade é diferente e cada um tem uma missão, um objetivo, diversificado em relação aos seus colegas de profissão.

Um método a ser seguido, podendo ser eficaz, divide em alguns passos: o primeiro passo é a investigação social acerca daquele ambiente, a próxima etapa é a identificação dos possíveis problemas que aqueles indivíduos enfrentam a cada dia que se passa, após estes passos, começam a entrar a experiência e a habilidade do investigador, que é formular hipóteses, métodos e soluções para os problemas que encontrou.

Se o educador já conhece a realidade de seus alunos e apresentou possíveis soluções, ele precisa colocá-las em prática. É nesta etapa que ele interage diretamente com os alunos e com a comunidade, exercendo seu trabalho, sempre com uma prática de ação-reflexão, avaliando seu trabalho, propondo melhorias, dando uma aprendizagem significativa para aqueles que são carentes de informações, atenção, condições mínimas, oportunidades, condições básicas de vida em outras esferas que o educador social deve enfrentar em sua luta diária.

A educação tem importante papel de resgate da dignidade e bem estar de crianças e adolescentes, e na busca de reinserção e edificação de vínculos entre os assistidos familiares, e sociedade.

Parafraseando Graciani (2014)

O modo que os atores sociais e institucionais agem com as crianças e adolescentes, como verdadeiros cuidadores, poderá consolidar os comportamentos que gerarão autonomia, independência, construção do autoconceito, autoestima, autoconfiança, e ajudarão na construção da identidade, personalidade e caráter.

A forma como acontecerá os cuidados para as crianças e adolescentes, virá trazer satisfação à forma de ser das crianças e adolescentes, vítimas dos problemas sociais, e das ações que amolam nas lutas para reconhecimento, e um lugar onde, essas poderão se sentir verdadeiros cidadãos.

Conforme Guilherme e Tozetto (2012, p. 35):

Para conseguir efeito educativo, não bastam boas intenções, não basta querer fazer um bom trabalho. É necessário ter claro as finalidades, dispor de meios adequados e decidir por uma metodologia adequada com o que se quer ensinar.

Esta é uma tarefa árdua, que sempre que está incompleta, existe sempre um novo desafio, pois a cada momento que passa, a sociedade cresce e evolui gradativamente, conseqüentemente surgindo mais seres que necessitam dos educadores sociais em suas vidas, mais comunidades desamparadas pela falta de conhecimento e inserção social, então esta é uma missão inacabável, mas nunca se torna uma rotina por vários motivos já vistos.



## CONCLUSÃO

Ao escolher um tema de pesquisa científica, o pesquisador de certa forma, cria alguma expectativa com relação ao resultado, e até certo ponto um pré-conceito sobre o tema.

Com o papel do pedagogo em ambientes não formais, o fato foi o mesmo, quando começamos a pensar no tema de pesquisa tínhamos em mente, a ideia da forte influência que o pedagogo exercia nos ambientes não formais. Visto que a concepção de seu papel era de suma importância nos espaços da pedagogia não formal, e estava sempre unanime entre os pesquisadores.

Nas pesquisas feitas, sempre ficou claro, que a pedagogia não formal é extremamente importante na vida daqueles que não obtiveram a formação necessária, oriunda das escolas formais. Esses motivos advêm de razões sociais, econômicas e até mesmo políticas. A pedagogia não formal então ganha espaço nas comunidades e subúrbios distribuídos por todo o país.

Mas, o educador social, aquele que está incumbido de ser o docente nos espaços sociais, tem todo um método e uma visão pedagógica em seu trabalho. Nesses ambientes, toda essa prática, acaba descartando o pedagogo oficial, portador do diploma físico, pois é nestes espaços que se desenvolvem um método de trabalho diferenciado da escola formal, com práticas voltadas para um conhecimento de mundo, e que entendam todo o ambiente em que estão inseridos e trabalhando.

Devido a toda esta metodologia, o diploma de pedagogo acaba sendo descartado nestes ambientes, pois o educador social com seu conhecimento prático, ou seja, os conceitos descritos nos manuais da pedagogia acabam sendo desnecessários perante os alunos nestes espaços não formais.

As teorias de aprendizagem vistas se tornam então ultrapassadas, e o educador não formal acrescenta ao longo do seu trabalho através de experiências vivenciadas no dia a dia e não através dos estudos formais oriundos de uma faculdade de pedagogia.

Como dito anteriormente, a pedagogia não será abrangente na educação não formal, como é na escola formal, pois a literatura sempre exalta que a educação social está atrelada a educação formal, mas que abordará conceitos diferentes.

Conclui-se então, que a educação não formal, necessita de uma pedagogia própria, com uma formação específica em um curso de Licenciatura em Pedagogia

Social, mas como esta modalidade de ensino é própria de cada espaço onde está inserida, ela não seguirá um parâmetro nem terá uma diretriz própria para condução o trabalho, cabendo somente ao educador social formular planos específicos para o desenvolvimento pleno e efetivo do seu trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras**. Tatuapé: Editora Brasiliense, 1981. 176 p.

ARAUJO, Joselaine; LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Colloquium Humanarum. **Educação não formal: a importância do educador social na construção de saberes para a vida em coletividade**. Presidente Prudente: v. 9, n. 2, p. 73-78, jul./dez. 2012.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999. 701 p.

FABRA, Maria Luísa. **A nova Pedagogia**. Rio de Janeiro: Salvat, 1980. 144 p.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 34. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra Ltda, 2011. 150 p.

\_\_\_\_\_. **A questão da educação formal/não-formal**. Disponível em <[http://www.vdl.ufc.br/solar/aula\\_link/lquim/A\\_a\\_H/estrutura\\_pol\\_gest\\_educacional/aula\\_01/imagens/01/Educacao\\_Formal\\_Nao\\_Formal\\_2005.pdf](http://www.vdl.ufc.br/solar/aula_link/lquim/A_a_H/estrutura_pol_gest_educacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf)>. Acesso em 02 de setembro de 2016

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2010. 319 p.

GARCIA, Valéria Aroeira. **A educação não-formal como acontecimento**: Educação não formal , Educação extra-escolar , Educação social. 2009. 000 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutor em Educação, Universidade Estadual de Campinas . Faculdade de Educação, Campinas, Sp, 2009.

GASPAR, Alberto. A EDUCAÇÃO FORMAL E A EDUCAÇÃO INFORMAL EM CIÊNCIAS. **Ciência e Público**, p. 172-183, mai. 2007. Disponível em: <[http://www.casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/terraincognita/cienciaepublico/artigos/art14\\_aeducacaoformal.pdf](http://www.casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/terraincognita/cienciaepublico/artigos/art14_aeducacaoformal.pdf)>. Acesso em 10 de julho de 2015.

GOHN, Maria Glória. Meta: Avaliação. **Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social**. Rio de Janeiro: v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

\_\_\_\_\_. Ensaio: aval. pol. públ. Educ. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Rio de Janeiro: v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia Social**. São Paulo: Cortez, 2014. 205 p.

GUILHERME, R. A. M.; TOZETTO, S. S. **Parfor: educação em espaços não formais**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2012. 132 p.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. 7 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2004. 208p.

MATEUS, Maria Nascimento Esteves. O educador social na construção de pontes socioeducativas contextualizadas. **Revista de Educação**, Bragança, v. 4, n.1, p. 60-70, 2012. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/7726/1/87-335-1-PB.pdf> >.

MONROE, Paul. **História da Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 394.

SANTOS, André Michel; NOGUEIRA, Vanessa Santos. **Perfil do Educador Social: experiências e reflexões**. São Paulo, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/perfileducadorsocial.asp>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2016.

TEODORO Antonio. **Globalização e educação: políticas educacionais e novos modos de governação**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003 (Coleção Prospectiva, v.9)

UJIE, Nájela Tavares; NATALI, Paula Marçal; MACHADO, Erico Ribas. Contextos da formação do educador social no Brasil. **Educação Unisinos**. São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 117-124, mai./ago. 2009. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/4937>>. Acesso em 08 de agosto de 2016.

SIMSON, Olga Rodrigues Moraes; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro; (org.). **Educação não formal: cenários da criação**. Campinas: Ed. Unicamp/CMU, 2001. 315p.